

APC P2 07 APR 1988

Política

Projeto por eleição tem 450 assinaturas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com cerca de 450 assinaturas foi apresentado ontem à direção da assembleia Constituinte projeto de decisão confirmando as eleições de prefeito e vereador neste ano. A iniciativa foi do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), com apoio de parlamentares de todos os partidos.

O projeto de decisão estabelece que a legislação vigente prevalecerá como norma para a realização das eleições municipais dia 15 de novembro de 1988. O Tribunal Superior Eleitoral baixará instruções para o cumprimento da proposta. Arnaldo Faria de Sá, com o projeto de decisão, teve por objetivo esvaziar o movimento pela prorrogação do mandato dos atuais prefeitos e vereadores.

Entre os parlamentares que não assinaram a proposta, embora procurados pelo deputado paulista, estão Marco Maciel (presidente nacional do PFL), Sarney Filho, Alvaro Pacheco, César Cals Neto, Marcondes Gadelha, Tito Costa, Maurício

Naser, José Carlos Martinez, Divaldo Suruagy, José Jorge, Irajá Rodrigues, Alexandre Costa, Gerson Peres, Jorge Viana, Irapuan Costa Júnior, João Carlos Bacelar, Theodoro Mendes, Gilson Machado (autor da emenda a favor da prorrogação), Lourival Baptista, Hermes Zanetti, Paes Landin, Luiz Alberto Rodrigues, Rubens Figueiró, França Teixeira, Alysson Paulinelli, Antônio Faria, José Teixeira, Waldeck Ornellas, Angelo Magalhães, Oswaldo Coelho, Eraldo Tinoco, Arnaldo Martins, Jairo Azzi, Renato Jonhson, Santinho Furtado, Mário Assad, Humberto Souto e Francisco Amaral.

Justificando o projeto de decisão disse Arnaldo Faria de Sá: "A proposição visa a elidir a falaz e ardisosa alegação de falsos democratas, temerosos de resultados negativos das urnas, de que a Assembleia Nacional Constituinte não disporá de tempo para elaborar uma lei que venha disciplinar a realização das eleições municipais, previstas para novembro próximo".

Ulysses afirma que não pediu para ser o vice

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães reagiu ontem às "ilações" de que estaria pleiteando uma candidatura a vice-presidente de Sarney, caso seja aprovada pela Constituinte a emenda do deputado João Agripino (PMDB-PB) estabelecendo que a escolha do vice-presidente poderá ser feita em convenção do partido pelo qual foi eleito o presidente — no caso, o PMDB. Ulysses garantiu que não está pleiteando nada: "Sou candidato apenas a desempenhar da melhor maneira possível a presidência da Constituinte. Se eu já dizia isso quando falavam da minha eventual candidatura à Presidência da República, calcule para os outros cargos".

O presidente da Constituinte disse que somente ontem, através dos jornais, tomou conhecimento dessa emenda: "Nem sabia que existia isso". Ele fez questão de ressaltar que não há nenhuma decisão da Constituinte sobre o tema, que só será votado nas disposições transitórias. Prosseguindo, Ulysses disse: "Não sei como os constituintes vão reagir a isso. Não em relação à indicação do meu nome, que nem estou pensando nisso, mas quanto ao provimento do cargo que, como todos sabem, está vago". O deputado e presidente do PMDB salientou que não tem vinculação pessoal com essa proposta e está preocupado só com sua função de presidente da Câmara, que desempenhará até fevereiro de 1989 e com os trabalhos da Constituinte, que têm prioridade.

Apesar dos desmentidos do presidente do PMDB, há emenda à Constituinte autorizando o preenchimento do cargo vago de vice-presidente de Sarney. Amigos de Ulysses, no governo e no Congresso, mostram-se preocupados com o fato de que ele, dentro de alguns meses, poderá ser "apenas" o presidente do PMDB, desde que reeleito na convenção nacional de junho.

Terminada a Constituinte e finda a atual legislatura, Ulysses Guimarães deixará de ser presidente da Assembleia Nacional e da Câmara dos Deputados. Na convocação de

que Sarney governará até o início de 1990, o deputado João Agripino (PMDB-PB) apresentou emenda, e já solicitou destaque, determinando que o partido do presidente — no caso, o PMDB — escolherá o vice-presidente, que exercerá o cargo até o término do mandato de Sarney. A escolha seria feita em convenção partidária e, em seguida, submetida à homologação da maioria do Congresso, 45 dias após a promulgação da futura Constituição.

MOVIMENTAÇÃO

Os "ministros de Ulysses" já estariam se movimentando para aprovar a emenda Agripino e evitar que em 1989 ela fique "na planície".

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), disse que votará a favor da emenda Agripino, destacando a necessidade de o País contar com o vice-presidente. "Quem pode garantir que neste período de crise não haveria necessidade de contar com o vice? Acho a emenda oportuna", disse ele.

No PFL, o senador Guilherme Palmeira (AL) e o deputado Oscar Corrêa (MG) manifestaram-se contra. "Chega de eleição indireta", afirmou o deputado mineiro. O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), disse que precisará, na ocasião devida, examinar a posição da bancada. "Vou pensar", declarou o presidente do PDS, Jarbas Passarinho.

O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) foi taxativo: "Eleição indireta nem para inspetor de quartelão". Também o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), não gostou da emenda Agripino: "Apóia a eleição direta do vice, que poderia ser realizada junto com a de prefeito e vereador, a 15 de novembro deste ano".

Apóiam a proposta, entre outros, Edison Lobão (PFL-MA), Manoel Moreira (PMDB-SP), Nilson Gibson (PMDB-PE), Homero Santos (PFL-MG), Leur Lomanto (PFL-BA), Humberto Souto (PFL-MG) e Gérson Camata (PMDB-ES). Os deputados paulistas Antônio Perosa e Geraldo Alckmin, do PMDB, votaram contra. Alegam que o colégio eleitoral já foi extinto. "Voto contra e vou falar contra", disse João Cunha (PDT-SP).